

Plano de Lula para indústria reedita medidas criticadas



O presidente Lula (dir.) e o vice, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Gabriel Biló - 6.Ago.23/Folhapress*

Plano para indústria vai incluir exigência de conteúdo local

Pacote de incentivo, que trará crédito e subsídios, reedita políticas já adotadas em gestões anteriores do PT

Nathalia Garcia e Renato Machado

BRASÍLIA. O plano do governo Lula (PT) para impulsionar a indústria do país nos próximos dez anos coloca o poder público como indutor do desenvolvimento, com o uso de linhas de crédito, subsídios e exigências de conteúdo local para fomentar empresas nacionais —políticas já empregadas em gestões anteriores do PT e que se tornaram alvo de críticas de economistas.

A Folha teve acesso à íntegra do documento, que tem 102 páginas e detalha a estrutura do plano, batizado de Nova Indústria Brasil.

O texto traça metas e diretrizes até 2033 a partir de seis missões, ligadas aos seguintes setores: agroindústria; complexo industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade; transformação digital; bioeconomia; e tecnologia de defesa.

A nova política industrial será apresentada na segunda (22) a Lula pelo vice Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). A proposta foi produzida no segundo semestre de 2023 pelo CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), composto por 20 ministros, pelo BNDES e por entidades representativas da sociedade civil, do setor produtivo e dos trabalhadores.

Autoridades que atuaram na elaboração da política apontam que houve uma preocupação de incluir o poder público em uma posição central do que chamam de neointustrialização. A Folha argumenta que essa não é uma estratégia ultrapassada que vem sendo adotada nesses novos processos em potências europeias.

Seguindo essa lógica, as empresas nacionais vão ser contempladas com duas iniciativas, linhas de crédito com condições favoráveis, para que possam assumir serviços e obras do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e também contratos com compras governamentais.

A questão das compras governamentais, aliás, foi um dos entraves para o avanço do

acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, após a tentativa do Brasil de reabrir esse ponto da negociação.

O plano fala em linhas de crédito, subsídios governamentais e subsídios na implementação da proposta de transformação ecológica, mas não detalha os instrumentos nem como isso será acomodado dentro das regras fiscais, cujo cumprimento já tem sido colocado em xeque por economistas.

Entre os instrumentos de contratações públicas para avançar o desenvolvimento industrial do país, o documento aponta que a Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Novo PAC irá definir os setores em que se poderá exigir a aquisição de produtos manufaturados e serviços nacionais.

A exigência no passado de percentuais elevados de conteúdo local na produção industrial, sobretudo no setor petrolífero, acabou não tendo o efeito esperado de incentivo ao desenvolvimento do parque nacional e se converteu em um peso para companhias como a Petrobras. A estatal figurou no grupo de petrolíferas que descumpriram os limites mínimos e acabou sendo multada.

O plano fala que a exigência de conteúdo local no âmbito do Novo PAC será implementada em etapas, "ampliando progressivamente o rol de produtos e serviços sujeitos aos requisitos", mas o documento não detalha os parâmetros de partida nem o ritmo de aumento desses requisitos.

O governo também poderá lançar mão de margens de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais. Isso significa que determinados bens e serviços locais terão a preferência de compra pelo poder público, mesmo que seu preço supere o de itens importados concorrentes até um percentual previamente definido.

Assim como no Novo PAC, a nova política industrial destina um de seus eixos para o desenvolvimento da indústria de defesa, contemplando particularmente os projetos estratégicos das três Forças. A ideia do governo é obter até 2033 autonomia na pro-

dução de 50% das tecnologias críticas para a defesa. Entre os desafios da área, mencionada a definição de instrumentos para financiamento e constituição de garantias nas exportações de produtos de defesa e a dedicação de recursos para desenvolvimento espacial.

Esses projetos estratégicos e o fortalecimento dessa indústria ajudaram na aproximação do governo com os militares, após um estreitamento inicial por causa da proximidade da caserna com Jair Bolsonaro (PL) e as suspeitas que pairavam relacionadas aos atos golpistas de 8 de janeiro.

Alckmin, por sinal, como titular do Mdic, foi um dos responsáveis por fazer essa ponte e tratar dessas questões.

De forma semelhante, um dos eixos da nova política industrial trata da agroindústria, outro setor fortemente associado ao bolsonarismo. Em cada uma das missões, o plano traz metas aspiracionais, que servirão como referencial para direcionar os esforços a serem realizados pelo Estado no desenvolvimento da política industrial.

O documento traz como objetivo nessa área elevar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50% —a fatia hoje é de 23%.

Estão previstas ações para atingir uma outra meta, de alcançar 70% de mecanização nos estabelecimentos de agricultura familiar. Isso significa quase quadruplicar em um horizonte de dez anos a cifra atual, que é de 18%.

Em relação à saúde, a meta para 2033 prevê que o país possa produzir 70% de todas as suas necessidades com medicamentos, vacinas, equipamentos e demais insumos e tecnologias. Em dez anos, o governo planeja quase dobrar a produção nacional, que hoje responde por 42% das necessidades do país.

A nova política industrial brasileira também prevê o apoio do Estado a operações de exportação de curto prazo.

Para as exportações, também conta-se com a aprovação de projeto que autoriza o BNDES a retomar o financiamento de obras e serviços prestados por empresas brasileiras no exterior.

Iniciativas do plano Nova Indústria Brasil

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS

- Empréstimos
- Subsídios
- Créditos tributários
- Participação acionária
- Requisitos de conteúdo local
- Comércio exterior
- Margem de preferência
- Transferência de tecnologia
- Propriedade intelectual
- Infraestrutura de qualidade
- Regulação
- Encomendas tecnológicas
- Compras governamentais
- Investimento público

MISSÃO 1 CADEIAS AGROINDUSTRIAIS

Metas para 2033: aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50%

Prioridades em financiamento (exemplos): fertilizantes e defensivos, além de produtos com nanotecnologia e biotecnologia

Regulação: racionalizar taxas portuárias e aprimorar sistema de garantias

MISSÃO 2 SAÚDE

Meta para 2033: produzir, no país, 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e outros insumos e tecnologias em saúde

Prioridades em financiamento (exemplos): medicamentos e insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) inovadores

Regulação (exemplos): isonomia tributária nas compras governamentais, instituir regras para a racionalização do custo regulatório, reforma da Lei do Bem e regulação sanitária

Contratações públicas: Novo PAC Saúde —R\$ 30 bilhões até 2026

MISSÃO 3 INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO, MORADIA E MOBILIDADE

Meta para 2033: reduzir o tempo de deslocamento de casa para o trabalho em 20%

Prioridades em financiamento (exemplos): tecnologias de diminuição das emissões de carbono em transporte, aviação do futuro e desenvolvimento de sistemas de propulsão a biocombustíveis, elétrica, híbrida e demais combustíveis alternativos

Regulação (exemplos): racionalizar os encargos setoriais sobre energia

elétrica, retomada das exportações de serviços, aprimoramento dos incentivos no mercado de capitais; reduzir custo de financiamento em infraestrutura e apoio estatal à exportação

Contratações públicas: calculadora de pegada de carbono para obras públicas

MISSÃO 4 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA INDÚSTRIA

Meta para 2033: transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de novas tecnologias

Prioridades em financiamento: semicondutores, IA generativa, robótica avançada, IA generativa

MISSÃO 5 BIOECONOMIA, DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Metas para 2033 (exemplos): promover a indústria verde, reduzindo em 30% a emissão de gás carbônico na indústria e ampliando em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes

Prioridades em financiamento: soluções tecnológicas para redução de emissões, desenvolvimento de biocombustíveis do futuro e geração de energias renováveis

Regulação: aperfeiçoamento da regulação de logística reversa e harmonização entre as legislações dos entes federativos

Contratações públicas: energia solar em obras do Minha Casa, painéis fotovoltaicos e aerogeradores com conteúdo local e margem de preferência no Novo PAC

MISSÃO 6 SOBERANIA E DEFESA NACIONAIS

Meta para 2033: obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa

Prioridades em financiamento: projetos de conteúdo tecnológico encaminhados por Empresas Estratégicas de Defesa

Regulação: reforma da Lei do Bem, implementação do novo Sistema de Apoio Oficial à Exportação

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 15